Comissão Política Concelhia do PSD junta-se à câmara na luta contra a co-incineração

Souselas, "o epicentro do drama"

PSD/Coimbra manifestou-se ontem solidário com a autarquia na luta contra a co-incineração e está «descrente» quanto à seriedade do Estado e das suas decisões

PAULO CARDANTAS

FERREIRA SANTOS

Carlos Páscoa diz que se abriu um "precedente gravíssimo" com a dispensa do estudo de impacte ambiental

A Comissão Política Concelhia do PSD está solidária com a Câmara Municipal de Coimbra e a Junta de Freguesia de Souselas na luta contra a co-incineração. Até poderia fazê-lo com base nos dados relativos à produção de resíduos perigosos – o distrito produz apenas 0,7 por cento do todo nacional –, mas fá-lo com a convicção de que a queima de resíduos industriais perigosos não é a melhor solução ambiental. «Somos contra a co-incineração, seja em Souselas ou noutro local do país, por isso nem aceitamos a deslocalização», sublinhou Carlos Páscoa em conferência de imprensa realizada ontem em Souselas, «o epicentro do drama».

O líder do PSD/Coimbra propõe-se desenvolver uma série de contactos para que o «atentado» que o Governo se propõe levar por diante ganhe expressão nacional, nomeadamente junto dos deputados sociais-democratas, no sentido do assunto voltar à Assembleia da República. «É preciso que se saiba a nível nacional o atentado que o Governo quer levar por diante», explicou. A par disso, vão decorrer reuniões com a autarquia e com a junta de freguesia, que «têm realizado um trabalho muito digno e muito duro».

O líder do PSD/Coimbra lamenta que o Governo se «entretenha a prejudicar Coimbra» e queira «atear um fogo» junto da população de Souselas. «Há quem aproveite o Verão para ir à praia, outros vão passear, mas o Governo prefere prejudicar Coimbra», observou.

A forma como este processo está a ser conduzido, continuou, leva o PSD/Coimbra a ficar «descrente» quanto à seriedade do Estado e das suas decisões, sendo disso exemplo o facto de se ter considerado actual um estudo de impacte ambiental realizado há oito anos. «Trata-se de um precedente gravíssimo, que pode colocar Portugal ao sabor de situações negras», considerou. Ressalta, por outro lado, que «o que parece estar em jogo é um negócio que apenas garante combustíveis baratos para os fornos das cimenteiras».

A terminar, Carlos Páscoa desafiou as outras forças políticas a pronunciarem-se sobre esta matéria e recordou que «o PSD cuida muito do prestígio de Coimbra», sendo disso exemplo as políticas ambientais que definiu e nas quais não cabia a co-incineração.●

Sociólogo da UC dá "receita" para a luta contra a co-incineração

Câmara deve usar argumentos de âmbito nacional

O sociólogo José Manuel Mendes exortou ontem o presidente da Câmara de Coimbra a fundamentar a contestação à co-incineração em Souselas com o «interesse nacional», lembrando que argumentos locais acabam por favorecer o Governo. «O debate está a fazer-se entre um ministro teimoso e um presidente de Câmara no reduto dos seus 500 metros de estrada. O Governo recebeu de bandeja o localismo», considerou o investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

«Reduzir a circulação num troço de 500 metros numa estrada municipal: Mais localismo do que isto é impossível», comentou José Manuel Mendes, considerando que, com esta medida, o presidente da câmara «deu todos os argumentos ao Governo».

O professor da Faculdade de Economia de Coimbra lamentou que a polémica sobre a co-incineração na cimenteira de Souselas esteja a assumir uma dimensão meramente local, defendendo que o debate sobre a questão deve fazer-se a nível nacional. «As pessoas mobilizam-se se virem que é uma lógica concelhia ou mesmo distrital, mas de interesse nacional», sustentou.

Na sua óptica, a questão da co-incineração «é transversal, interessa a todos os cidadãos» e a câmara deve adoptar «uma estratégia maximizadora, envolvendo associações, a junta de freguesia, a população».

Por outro lado, elogiou a «estratégia inteligente do Governo», quando afirma que, nesta matéria, «o interesse nacional se sobrepõe ao local».

«O Governo mantém o debate no localismo, adoptando uma estratégia que desarma as pessoas», adiantou o sociólogo, que tem estudado as áreas dos movimentos sociais, protestos e cidadania.

Referindo-se à dispensa de estudo de impacto ambiental para proceder à queima de resíduos nas cimenteiras, observou que o Governo, «politicamente, tem uma linha coerente: exerce, pela lei, a força do Estado».

«Não é dialogante, não cria possibilidades de discussão na esfera pública. Ao ater-se ao Direito, só há uma forma de o contrariar, com providências cautelares ou outros mecanismos, mas o seu aparelho jurídico é muito superior ao de qualquer outro cidadão», frisou.

Na sua perspectiva, a inteligência da estratégia do Governo é patente também quando «reduz à luta política toda a componente social, de saúde, ambiental» desta questão. «A realidade é igual à de 2001? Que estudos se fizeram? É preciso que as associações e a população se mobilizem», exortou.●

Proibiu acesso de camiões à praia para impedir extracção de areia

Santana Lopes fez o mesmo na Figueira da Foz

A decisão da Câmara de Coimbra de recorrer a uma proibição de trânsito para impedir a co- incineração tem um precedente numa medida de Santana Lopes, que enquanto autarca impediu a extracção de areias interditando uma estrada.

Na Figueira da Foz, uma medida municipal semelhante à tomada pela autarquia de Coimbra foi aprovada em Fevereiro de 1998, cerca de um mês após Santana Lopes ter tomado posse como presidente da câmara, impedindo, através da interdição de trânsito de veículos pesados, a extracção de areias na praia.

Santana Lopes recordou no livro "Figueira, a minha história" que o caso «causou polémica» dado que envolvia o próprio Estado que, através da então Junta Autónoma do Porto, concessionava aos areeiros a extracção de areias. «Mas foi um espectáculo ver, nos primeiros dias, todas aquelas camionetas enormes paradas na marginal, a quererem entrar. Meteu tribunal, acções contra a câmara, de tudo um pouco. Não cedi», escreveu.

Pedro Santana Lopes lembrou que, embora não possuindo jurisdição sobre a praia, «tinha-a no município», tendo a autarquia avançado para a proibição de circulação de camiões naquela via.

O antigo autarca e ex-primeiro-ministro, que a Agência Lusa tentou ouvir sobre o assunto, sem sucesso, argumenta ainda que a decisão foi tomada após ter constatado que «todos os dias, havia um movimento louco de camionetas cheias de areia mesmo ali, no centro da Figueira», tendo sido informado que a situação derivava da extracção de areias.

Considerando que a actividade era uma «agressão à praia», Santana Lopes concluiu que «os areeiros extraíam recursos naturais para dar a ganhar a meia dúzia e para pagar os ordenados da Junta Autónoma do Porto». «Parecia que a Figueira estava sempre em obras, sempre com as enormes camionetas na marginal. Decidi acabar com aquilo», escreveu.

A extracção de areias na praia da Figueira da Foz terminou após aquela medida e é hoje inexistente, tendo o Governo socialista da altura, «no fim da história», acabado por «apoiar» a iniciativa, sustenta Santana Lopes.●

PSD junta-se à câmara contra co-incineração

Governo entretem-se "a prejudicar Coimbra"

Página 3